

SASE 2023

Socio-Economics in a Transitioning World: Breaking Lines and Alternative Paradigms for a New World Order

Rio de Janeiro, 20-22 julho 2023

Desenvolvimento econômico comparado de Brasil e Espanha: avaliando trajetórias com foco no mercado de trabalho

Ricardo Dathein¹

Resumo:

Brasil e Espanha apresentam várias semelhanças em suas trajetórias econômicas desde os anos 1950. O trabalho busca demonstrar como essa evolução econômica possui algumas diferenças importantes, mas também semelhanças marcantes, as quais são explicativas para a realidade atual. Parte-se de uma base teórica que considera a estrutura econômica determinante da produtividade do capital e da taxa de lucro, o que define os investimentos e o estoque de capital, fundamentais para a produtividade do trabalho, o mercado de trabalho e a dinâmica social. A segunda parte do texto apresenta a evolução das respectivas estruturas econômicas de 1950 até hoje, com base principalmente na *Extended Penn World Table*, comparando os dois países. A terceira parte se concentra no período de 2000 até o presente, com foco no mercado de trabalho, analisando a dinâmica dos Ciclos de Goodwin. Para o período recente, discutem-se as perspectivas de políticas econômicas e como elas estão condicionadas pela evolução estrutural anterior, e as dificuldades para sua superação. Assim, demonstra-se que o mercado de trabalho está, no longo prazo e conjunturalmente, determinado por uma fraca dinâmica do estoque de capital e da produtividade desse capital, expressas em taxas de lucro baixas, tendo em vista a evolução de suas respectivas estruturas econômicas.

Palavras-chave: Trajetórias econômicas comparadas. Mercado de trabalho. Brasil. Espanha.

Abstract:

Brazil and Spain present several similarities in their economic trajectories since the 1950s. This work aims to demonstrate how this economic evolution has some important differences but also notable similarities that explain the current reality. It is based on a theoretical approach that considers the economic structure as determinant of capital productivity and profit rate, which in turn define investments and capital stock, crucial factors for labor productivity, the labor market, and social dynamics. The second part of the text presents the evolution of their respective economic structures from 1950 until today, primarily based on the *Extended Penn World Table*, comparing the two countries. The third part focuses on the period from 2000 to the present, with a specific emphasis on the labor market and an analysis of the dynamics of Goodwin cycles. For the recent period, the prospects of economic policies are discussed, along with how they are

¹ Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: ricardo.dathein@ufrgs.br

conditioned by previous structural developments, as well as the challenges for their overcoming. Thus, it is demonstrated that the labor market is determined, both in the long term and conjuncturally, by a weak dynamic of capital stock and the productivity of that capital, reflected in low profit rates, considering the evolution of their respective economic structures.

Keywords: Comparative economic trajectories. Labor market. Brazil. Spain.

JEL: F63, N10, O57.

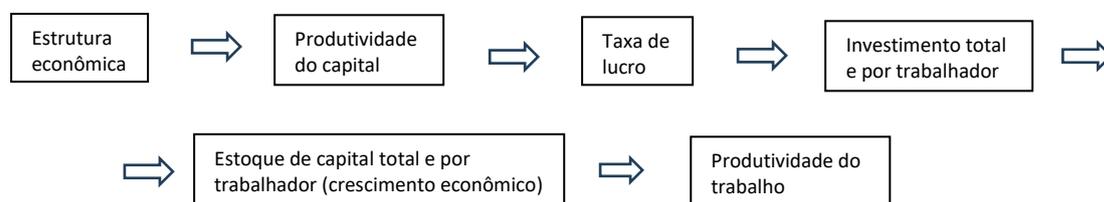
1. Introdução

Brasil e Espanha apresentam várias semelhanças marcantes em suas trajetórias econômicas desde os anos 1950. Buendía e Molero-Simarro (2018c) ressaltam as similaridades entre Espanha e América Latina. Mateo e Montanyà Revuelto (2018) consideram a economia espanhola como possuindo uma inserção internacional tipicamente periférica, relativamente a países desenvolvidos, ou especificamente aos países europeus mais desenvolvidos. Em outro patamar, o Brasil também possui essa característica. Outra semelhança é a adesão de governos socialdemocratas às políticas neoliberais a partir dos anos 1980.

O foco do artigo é examinar, principalmente a partir dos novos números divulgado pela *Extended Penn World Tables 7.0* (EPWT) (Marquetti, Miebach e Morrone, 2022), a evolução das duas economias. Esse estudo, da dinâmica de longo prazo, facilita a interpretação para os períodos mais recentes, tendo em vista que a evolução estrutural condiciona fortemente o desempenho conjuntural.

A lógica de ordem causal, pressuposta na análise, é apresentada na figura seguinte. Ou seja, um dos fatores fundamentais determinantes da produtividade do capital é a evolução da estrutura econômica (e sua correlacionada estrutura social). Essa produtividade do capital é o principal determinante da taxa de lucro, essencial para definir no longo prazo os investimentos, o estoque de capital, o crescimento econômico e a produtividade do trabalho.

Figura 1- Ordem causal de análise



Fonte: Elaboração própria.

O texto está organizado da seguinte forma, além da introdução e das considerações finais. A segunda seção analisa o desenvolvimento econômico dos dois países em uma perspectiva de longo prazo em termos,

fundamentalmente, da produtividade, dos investimentos e da taxa de lucro, além de investigar os seus determinantes estruturais. A terceira seção avalia o contexto pré-pandemia, entre os anos 2000 e 2019, mostrando como os dois países estavam em patamares e conjunturas distintas, mas com semelhanças de trajetórias de longo prazo. A quarta seção avalia alguns indicadores recentes e projeções para o ano 2023, e as perspectivas para os dois países são interpretadas a partir dos dados expostos.

2. Desempenho econômico em uma abordagem de longo prazo

Essa seção avalia a evolução estrutural das economias dos dois países. Para isso, expõem-se o comportamento da produtividade do trabalho, dos investimentos, do estoque de capital, da taxa de lucro e da produtividade do capital, além dos seus determinantes estruturais, considerando-se representativos para isso a complexidade econômica e a participação do setor manufatureiro no PIB.

2.1- Produtividade, investimentos e taxa de lucro desde 1950

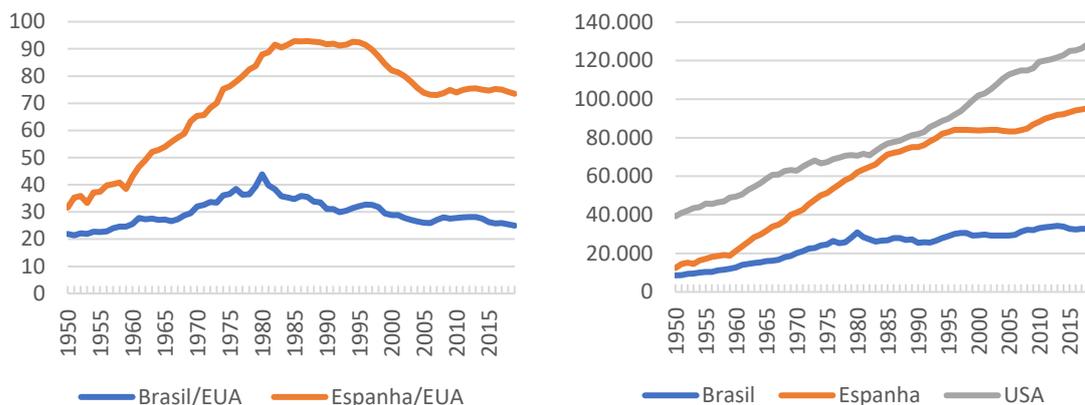
Comparando-se a produtividade do trabalho da Espanha e do Brasil com a dos EUA, pode-se perceber a ocorrência de duas fases para ambos os países. Uma primeira possui melhores resultados e uma segunda, piores.

Para o Brasil, a primeira fase, chamada de “era desenvolvimentista”, foi até 1980, e uma segunda fase, de baixo desempenho, vai desde esse ano até o presente, com diversas nuances. No primeiro período a produtividade relativa aos EUA elevou-se de cerca de 20% para 40%, enquanto após 1980 entrou em tendência regressiva, novamente em direção aos 20%.

No caso da Espanha, houve forte elevação na primeira fase, de cerca de 30% para até 90%, mas esse crescimento relativo estagnou na primeira metade dos anos 1980, até os primeiros anos dos 1990. Após, regrediu até 2005 e, depois, permaneceu na faixa entre 70 e 75%.

Na figura 2 pode-se observar também a trajetória de crescimento da produtividade em valores constantes de 2017, em paridade de poder de compra, em conjunto com a dos EUA. Enquanto a taxa média anual de crescimento na primeira fase para o Brasil foi de 4,4% (1950-1980), para a Espanha foi de 5,2% (1950-1985), na segunda fase foi, para o Brasil, de apenas 0,2% (1980-2019), e, para a Espanha, de 0,9% (1985-2019) (ver Mateo Tomé, 2019, p. 172). Assim, em 1950 a produtividade da Espanha era 45% superior à do Brasil, e em 2019 era 195% maior.

Figura 2- Produtividade do trabalho relativa aos EUA (esquerda) e produtividade do trabalho em US\$ PPP de 2017 (direita), 1950-2019



Fonte: EPWT (2022).

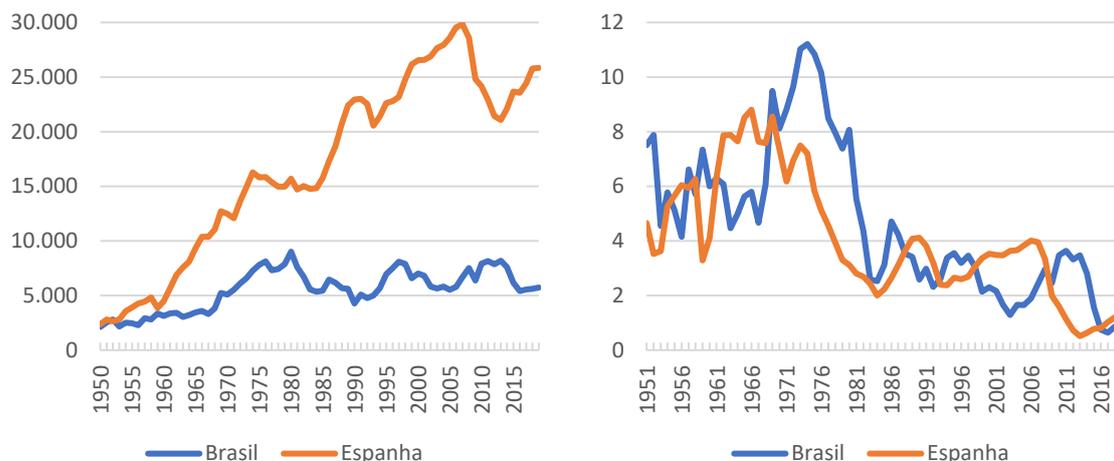
Os investimentos por trabalhador, no caso da Espanha, apresentaram um comportamento com crises e estagnações, e com uma grande redução entre os anos 2008 e 2013. Desse modo, o investimento por trabalhador, em termos reais, estava em 2019 aproximadamente no mesmo nível de 1999. Como ilustra a figura 3, o crescimento depois de 1990 tem sido muito baixo, o que explica o menor dinamismo da produtividade do trabalho, apesar de importante avanço entre 1994 e 2007. Esse último período é classificado até como “milagre” espanhol (Buendía e Molero-Simarro, 2018a), o que pode ser entendido como uma ironia, pois assentado em bases frágeis. No caso da Espanha, os investimentos incluíram um significativo crescimento de capital improdutivo (construção civil residencial), principalmente de 1998 a 2007, o que ajuda muito a explicar a crise posterior (Mateo Tomé, 2019, cap. 6; Mateo, 2017; Mateo e Montanyà Revuelto, 2018).

Para o Brasil a trajetória foi muito inferior, aparecendo aqui também o rompimento de tendência em 1980. O investimento por trabalhador de 2019, após 40 anos, foi inferior ao de 1980, em termos reais, explicando também a fraca evolução da produtividade, em realidade quase estagnada. Assim, os investimentos por trabalhador em ambos os países, que eram quase iguais em 1950, chegam a 2019 cerca de 5 vezes maiores na Espanha em relação ao Brasil.

Esses investimentos produziram um estoque de capital por trabalhador que evoluiu a um ritmo médio de 5,4% ao ano da Espanha, entre 1950 e 1985, mas de apenas 1,1% entre 1985 e 2019. Para o Brasil, a evolução foi de 3,9% entre 1950 e 1980, mas de apenas 0,7% entre 1980 e 2019.

Em relação ao estoque de capital total, no Brasil, no período desenvolvimentista, a taxa de crescimento média anual foi de 7,2% (1950-1980), enquanto para o mesmo período na Espanha a taxa foi também muito elevada, de 6,0%. No período seguinte, de 1980 a 2019, a taxa no Brasil foi de 2,7% e na Espanha, de 2,6%. Ou seja, ocorreu forte redução, o que impactou o crescimento da produtividade e o desempenho econômico geral. Além disso, no período mais recente, as taxas de crescimento do estoque de capital estão, tanto para o Brasil quanto para a Espanha, nos seus menores níveis históricos.

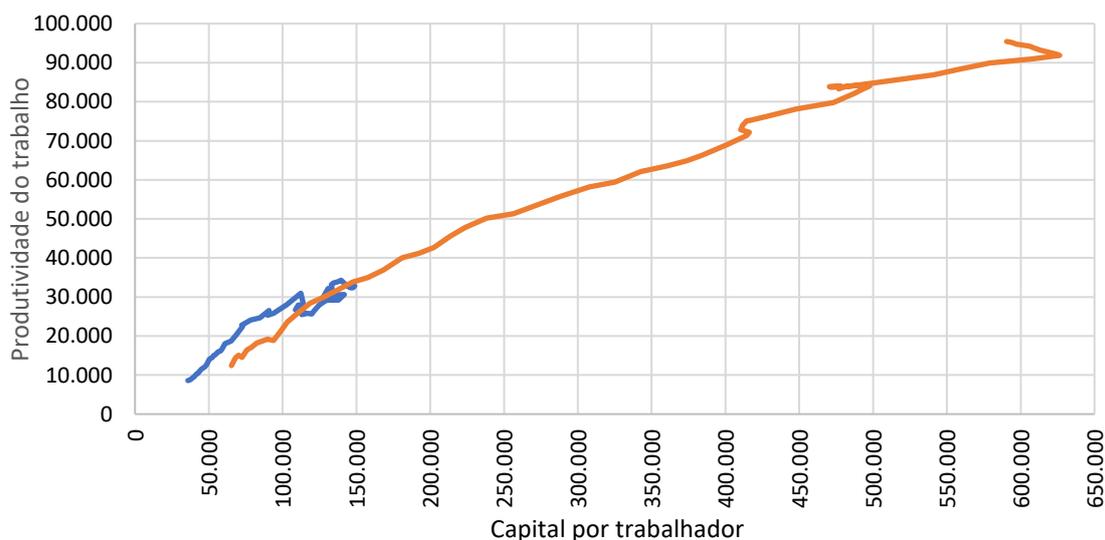
Figura 3- Investimentos anuais por trabalhador em US\$ PPP de 2017 (esquerda) e taxa de crescimento do estoque de capital total (direita), 1950-2019



Fonte: EPWT (2022).

A figura 4 apresenta o estoque de capital por trabalhador enquanto determinante da produtividade do trabalho. Destaca-se a enorme diferença entre a Espanha e o Brasil, mesmo o primeiro não tendo um desempenho forte desde os anos 1980, como se viu anteriormente. A visualização do gráfico, portanto, não diz muito sobre a Espanha, mas muito sobre o Brasil, por contraste. Como se pode ver, desde 1980 o Brasil praticamente estagnou, relativamente, a evolução do estoque de capital por trabalhador e, por isso, a produtividade do trabalho.

Figura 4- Relação entre o estoque de capital por trabalhador e a produtividade do trabalho, Brasil (cor azul) e Espanha (cor laranja), US\$ PPP de 2017, 1950-2019



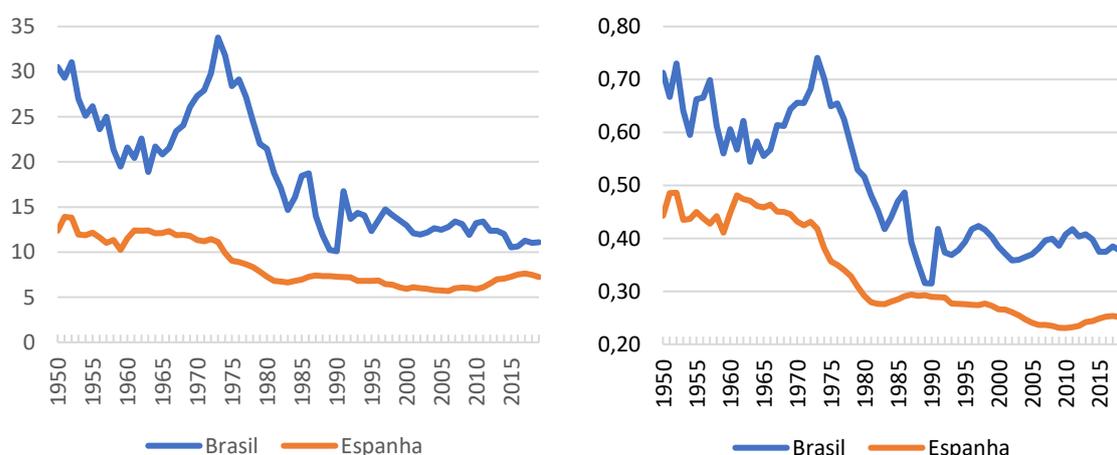
Fonte: EPWT (2022).

A taxa de lucro é considerada um dos principais determinantes de longo prazo dos investimentos e, portanto, do estoque de capital (Duménil e Lévy, 1993). E esse estoque de capital, por outro lado, é determinante da produtividade

do trabalho e do desempenho da economia em geral. A taxa de lucro anual média de 1950 a 1980 foi de 25,3% no Brasil e de 11,2% na Espanha. Para o período seguinte, de 1981 a 2019, essas médias foram de 13,3% e de 6,7%, respectivamente (sobre a Espanha, ver Mateo Tomé, 2019, p. 121). Essas reduções devem ter influenciado muito para as quedas dos ritmos dos investimentos do segundo período.

O principal determinante para o desempenho das taxas de lucro parece ter sido a produtividade do capital, ou relação produto/capital. A produtividade do capital anual média no período 1950-1980 foi de 0,63 no Brasil e de 0,42 na Espanha. No período 1981-2019 esses valores foram, respectivamente, de 0,40 e de 0,26 (ver também Mateo Tomé, 2019, p. 178). Além disso, destacando o período mais recente, houve crescimento maior dos preços do capital em relação aos preços do produto, desestimulando investimentos, o que ocorreu no Brasil entre 2000 e 2021 (IBGE/SCN, 2023a), assim como na Espanha, entre 1995 e 2017 (Mateo Tomé, 2019, p. 176). Assim, a forte redução da produtividade do capital investido nas duas economias parece ter sido determinante para a redução de suas taxas de lucro.

Figura 5- Taxa de lucro (esquerda) e produtividade do capital (relação produto/capital) (direita), 1950-2019



Fonte: EPWT (2022).

2.2- Estrutura econômica como determinante da rentabilidade e da produtividade do capital

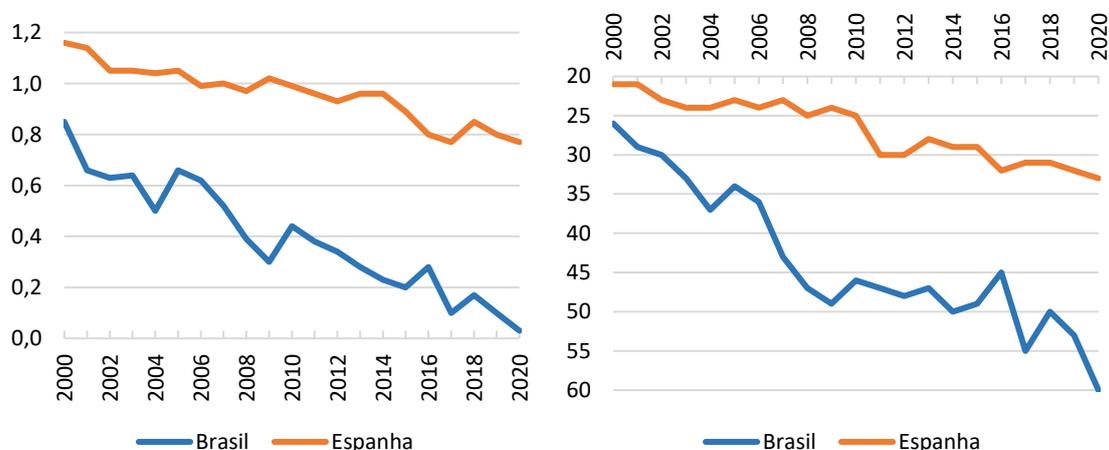
Um dos principais determinantes da produtividade do capital e, portanto, da rentabilidade desse capital, é a estrutura produtiva da economia nacional.² No caso da Espanha, é importante ressaltar sua forma de inserção na União Europeia, com dependência tecnológica que tendeu a se manter e uma taxa de câmbio apreciada que se consolidou com a adoção da moeda comum (Mateo e Montanyà Revuelto, 2018, p. 45).

² Conforme, direta ou indiretamente, Marx, Kaldor, Schumpeter e CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), entre outros.

Os indicadores de complexidade econômica, retratando a diversificação e a sofisticação produtiva e exportadora dos países (Hidalgo et al., 2007; Hidalgo e Hausmann, 2009), indicam como as economias estão evoluindo em termos de seus índices e em termos do ranking global.³ Os dados indicam piora da complexidade econômica para o Brasil e para a Espanha no período 2000-2020, o que se mostra coerente com a tese de que essa estrutura menos complexa tende a produzir menores produtividades do capital e menores taxas de lucro.

A Espanha aparece sempre como país com economia mais complexa em relação ao Brasil, mas ambos perderam posições no ranking, o Brasil de forma mais intensa, segundo o *Atlas of Economic Complexity*.⁴

Figura 6- Índice (esquerda) e ranking (direita) de Complexidade econômica, 2000-2020



Fonte: Atlas of Economic Complexity (2023).

Outro indicador relevante sobre a estrutura econômica é a participação do setor industrial na economia, conforme as leis de Kaldor. O grau de industrialização e sua evolução e qualidade indicam, principalmente para países ainda não desenvolvidos, seu potencial de crescimento e desenvolvimento econômico (Kaldor, 1966; Blecker e Setterfield, 2019; Ocampo, 2005; Ocampo, Rada e Taylor, 2009; Szirmai, 2013; Szirmai e Foster-McGregor, 2017; Tregenna e Andreoni, 2020).

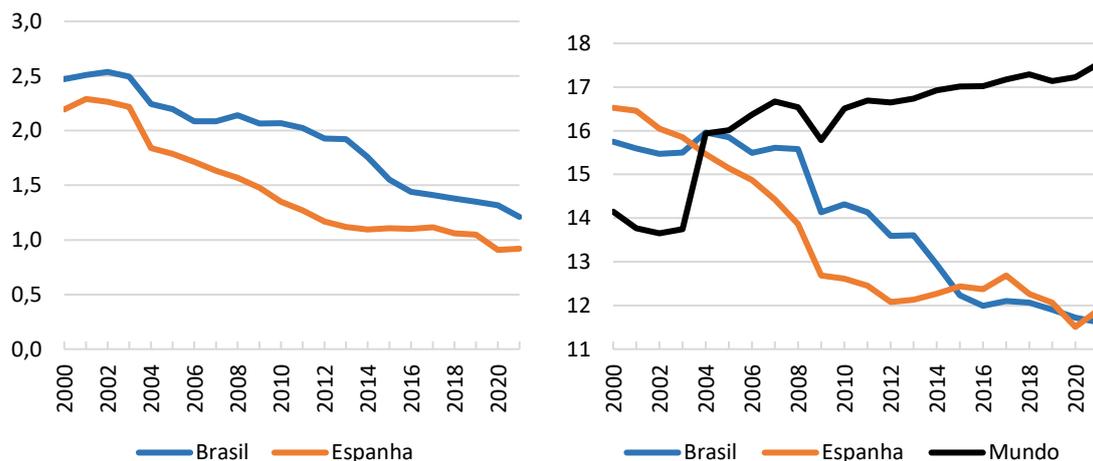
Pode-se observar, na figura 7, a forte perda de participação do valor agregado das manufaturas do Brasil e da Espanha, tanto em comparação com a média mundial, quanto em relação ao PIB nacional. Isso está em contraste com a média mundial, que tem aumentado a participação das manufaturas no PIB mundial. Chama a atenção o fato de que o Brasil e a Espanha chegam a 2021 com quase a mesma participação da indústria de transformação nos seus respectivos produtos. Além disso, a Espanha possui uma estrutura industrial com crescente peso dos setores de média e baixa intensidade tecnológica, e muito baseada em serviços de turismo (Mateo e Montanyà Revuelto, 2018).

³ Tendo em vista as dificuldades com dados para o longo prazo, usa-se apenas os do ano 2000 em diante.

⁴ Segundo dados do *Observatory of Economic Complexity (OEC)*, para o Brasil teria ocorrido certa recuperação do índice de 2003 a 2008.

Mateo Tomé (2019, p. 188) mostra que a Espanha possui uma estrutura exportadora minoritariamente baseada em atividades mais complexas, e isso se apresenta com tendência. Além disso, destaca que há uma proliferação de pequenas empresas (em uma realidade de dualismo empresarial), o que gera uma baixa dinâmica de produtividade do trabalho. Essa análise mostra correspondência com o caso do Brasil.

Figura 7- Participação do valor agregado (VA) das manufaturas no VA manufatureiro mundial (esquerda) e participação do valor agregado das manufaturas no PIB nacional e mundial (direita), 2000-2021



Fonte: United Nations Department of Economic and Social Affairs (2023).

3. Contexto pré-pandemia: patamares e conjunturas distintas, mas com semelhanças de trajetórias

Focando em um período mais recente, o objetivo dessa seção é examinar como as duas economias chegaram ao contexto da pandemia.

O curso da economia brasileira passou pela era desenvolvimentista, entre 1930 e 1980, e pela era social-liberal, após 1990. A década de 1980 pode ser interpretada como de crise e de transição entre dois modelos, com a mudança de foco das políticas do longo prazo para a gestão de curto prazo. A partir de 1990, após a transição democrática e a nova Constituição, iniciou-se o social-liberalismo, com um interregno ultraliberal entre 2016 e 2022.

No Brasil, o social-liberalismo surgiu da crise do estatismo econômico da ditadura militar e de seus fracassos econômicos e sociais. Também é resultado do fim do socialismo real e do novo contexto internacional. Todos os grandes partidos socialdemocratas da Europa, como no Brasil, com o PSDB, aderiram ao ideário liberal. Assim, esse consolidou-se como projeto hegemônico. O social-liberalismo caracteriza-se, resumidamente, pela visão de que o Estado deve se focar nas questões sociais, deixando a economia ser gerida pelo mercado, a não ser por uma regulação mínima. De fato, no Brasil houve grandes avanços em termos de gastos na saúde pública, na educação, na assistência social e na previdência social. Ao mesmo tempo, houve redução dos patamares de investimentos públicos e amplas desestatizações. O orçamento público mudou seu foco, portanto.

No entanto, as normas da Constituição de 1988, criando políticas sociais universalizantes (um *welfare state* projetado em estilo europeu, mas com muito menos recursos *per capita*), como o Sistema Único de Saúde (SUS), além da manutenção da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nunca foram bem aceitas pelos liberais, que as criticavam por sua rigidez, por seus custos e por pretensamente desestimularem a poupança.

No Brasil, a fase ultraliberal de 2016 a 2022, rompendo com o social-liberalismo, foi também derivado de mudanças importantes no contexto internacional, econômicas e geopolíticas, mas também e fundamentalmente resultou dos fracassos do social-liberalismo.

O dinamismo econômico do período social-liberal foi, em média, muito deficiente. Recentemente as crises e as tendências disruptivas em termos políticos não foram realidade apenas no Brasil. Ou seja, o social-liberalismo estava debilitado também internacionalmente. Ao recusar, a não ser excepcionalmente, a ação estatal dinamizadora na economia, essa concepção acabou por prejudicar também a performance social e política.

Segundo o ultraliberalismo, o foco deve mudar. A rentabilidade do capital, agora, deve provir da maior exploração do trabalho, dos consumidores e do Estado (via reforma trabalhista, da previdência, de menores custos de regulação e com as privatizações, entre outros). O parcial Estado do bem-estar social, portanto, deveria ser eliminado. Desse modo, para o ultraliberalismo, o mercado deve gerir não somente a vida econômica, mas também a vida social.

O Brasil foi administrado entre 2003 e 2016 por governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores. Esses governos deram seguimento ao paradigma social-liberal, mas com importantes nuances. As políticas sociais foram intensificadas, enquanto as políticas macroeconômicas anteriores foram basicamente mantidas. Ao mesmo tempo, os investimentos governamentais foram ampliados e várias políticas tipicamente de cunho desenvolvimentista foram adotadas, apesar de insuficientes para dinamizar de forma significativa e duradoura a economia.

No entanto, após 2013 houve uma série de fracassos econômicos e políticos, os quais acabaram resultando, em 2016, no golpe jurídico-parlamentar travestido de processo de impeachment. A crise foi fruto das contradições e limitações do social-liberalismo, em um contexto de piora das condições econômicas e políticas, nacionais e internacionais. Ocorreram três problemas fundamentais: o econômico externo, o econômico interno e o político (Dathein, Mollo e Fonseca, 2022).

No âmbito externo, os termos de intercâmbio do Brasil, segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (IPEADATA, 2023), apresentaram forte elevação entre 2005 e 2011, permitindo um maior crescimento econômico nesse período, correspondendo à diminuição das restrições ao Balanço de Pagamentos, conforme a interpretação teórica de Thirlwall (1979). No entanto, de 2012 a 2016 ocorreu o oposto, forte queda dos termos de troca. Esse é um dos determinantes para o inferior desempenho econômico do período, culminando com variações negativas do PIB em 2015 e 2016. Posteriormente, até 2019, houve recuperação parcial dos termos de troca, permitindo variações positivas do PIB, apesar de muito fracas.

Internamente, houve mudança fundamental de gestão econômica. Se de 2003 a 2010 a taxa de investimentos públicos elevou-se, de 2011 em diante essa tendência se reverteu. Tendo em vista a importância da ação estatal para

dinamizar a economia, interpreta-se que essa reversão foi importante determinante para o rompimento da tendência anterior de crescimento. Isso pode ser percebido pelo movimento da taxa de lucro, que se reduziu muito de 2011 a 2015. Por isso, depois de 2013 a taxa de investimentos privada também apresentou ampla redução. Assim, criou-se uma intensa demanda empresarial pela mudança de regime econômico, considerando-se a não solução dos problemas econômicos pelo governo petista.

Em termos políticos, houve uma operação jurídica pretensamente de combate à corrupção (a chamada “Lava Jato”), com o uso de processos de *lawfare*, e o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Também ocorreu intensa perda de apoio parlamentar ao governo e amplas mobilizações sociais críticas ao governo, com a ascensão de movimentos de extrema direita impulsionados via redes sociais. Essa desestabilização política provavelmente possuiu como base concreta a crise econômica causada pela perda de rentabilidade de 2011 em diante (Marquetti, Hoff e Miebach, 2020; Dathein, 2022a).

Esses três movimentos levaram a um regime econômico ultraliberal, crítico ao social-liberalismo derivado da Constituição de 1988. Assim, a partir de 2016, com a ascensão de Michel Temer à Presidência e, após, em 2018, com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, houve, além de gestão macroeconômica muito mais afinada com o liberalismo, o encaminhamento de diversas reformas estruturais liberais (Dathein, Mollo e Fonseca, 2022).

Os dados econômicos desse período mostram a seguinte realidade. Como se pode observar na figura 3 (direita), em termos da dinâmica do estoque de capital, Brasil e Espanha seguiram trajetórias opostas entre meados dos anos 2000 e 2013. Enquanto no Brasil a taxa de crescimento do estoque de capital aumentava, na Espanha houve forte redução. Após 2013, no Brasil, essa taxa entrou em forte contração, enquanto na Espanha recuperou-se levemente, de forma que os dois países chegaram a 2019 com uma taxa de crescimento do estoque de capital muito baixa e próxima. Ou seja, no ano anterior à pandemia os dois países estavam em contextos de baixo dinamismo. Aliás, como já destacado, em seus menores níveis da série histórica.

Para o Brasil, o aumento da taxa de crescimento do estoque de capital foi acompanhado, entre 2005 e 2015, de uma redução da relação lucro por trabalhador/salário, relação essa que se pode utilizar como um indicador da “taxa de exploração” (no sentido de Marx) (ver figura 8, esquerda). Isso foi possível porque, ao mesmo tempo, ocorreu um aumento significativo da produtividade do capital (ver figura 5, direita) e da ocupação da capacidade ociosa. Desse modo, esses dois determinantes da taxa de lucro mais que compensaram a redução da taxa de exploração. Ou seja, foi possível ocorrer uma melhoria da distribuição de renda, nesse contexto.

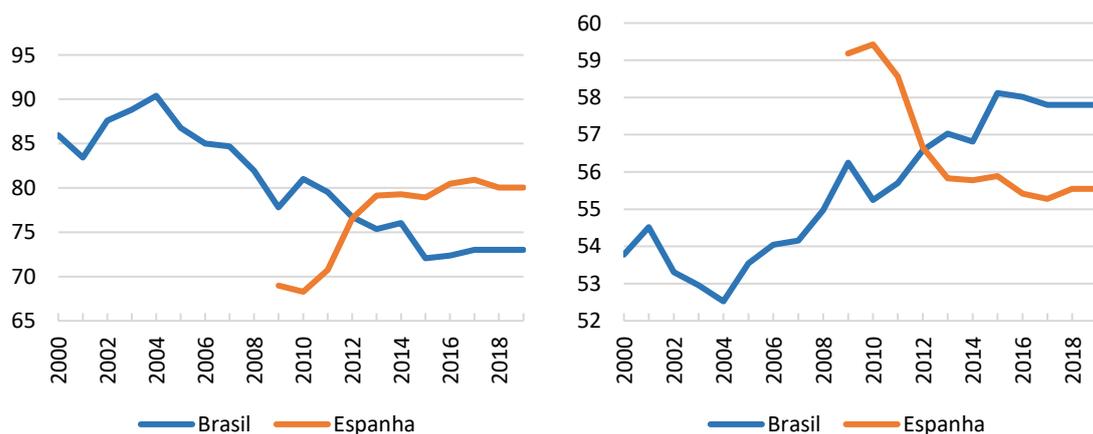
No entanto, quando a economia chegou mais próxima da plena utilização da capacidade e a produtividade do capital reduziu-se, o mercado não aceitou mais a redução da taxa de exploração. Desse modo, a partir de 2015 essa taxa parou de diminuir, mas chama a atenção de que ela ainda não tinha se elevado significativamente até 2019, apesar de todas as reformas liberais aprovadas. Isso só ocorreu com o “auxílio” da pandemia e da alta inflação, posteriormente.

A relação entre os salários médios e a produtividade do trabalho (na direita da figura 8) foi correlata à “taxa de exploração”. Ou seja, entre 2005 e 2015 uma maior parcela dos ganhos de produtividade foi apropriada pelas

rendas do trabalho. No entanto, como os salários reais aumentaram acima dos ganhos de produtividade, isso permite uma interpretação de que uma das fontes da crise econômica foi um raro episódio de *profit squeeze* na economia brasileira (Martins e Rugitsky, 2021), constituindo-se em importante fator explicativo do impeachment de Dilma Rousseff (Marquetti, Hoff e Miebach, 2020). Mas, apesar da implantação de um regime fortemente liberal, os dados mostram que, até 2019, ainda não tinha ocorrido uma reversão dessa tendência, apenas sua estabilização.

Para a Espanha, optou-se por apresentar os dados apenas de 2009 em diante, tendo em vista a contradição entre os apresentados pela EPWT (2022) e os de Mateo Tomé (2019, p. 234). De 2010 até 2013 o comportamento da “taxa de exploração” foi oposto ao do Brasil, com significativo aumento. Após 2013 houve estabilização em alto patamar. Para a relação entre os salários médios e a produtividade, a trajetória foi de redução importante de 2010 até 2013, estabilizando-se após esse ano. Ou seja, uma menor parcela dos ganhos de produtividade foi apropriada pelos salários. Assim, aparentemente as reformas flexibilizadoras do mercado de trabalho (para combater a crise com cortes de custos salariais) de 2010, 2011 e 2012 (em governos do PSOE e do PP) produziram os efeitos de aumento da “taxa de exploração” e de redução dos ganhos de produtividade apropriados pelo trabalho. A característica do mercado de trabalho espanhol, de ser altamente pró-cíclico, com isso, deve ter se acentuado. Ruiz-Gálvez e Vicent Valverde (2018, p. 100 e 101) mostram que, além disso, a estrutura ocupacional piorou, tendo em vista o processo de desindustrialização, principalmente em setores de maior intensidade tecnológica, e a concentração de empregos nos setores de construção civil e de serviços.

Figura 8- “Taxa de exploração” (lucros por trabalhador/salários) (esquerda) e relação salários/produtividade (direita), 2000-2019



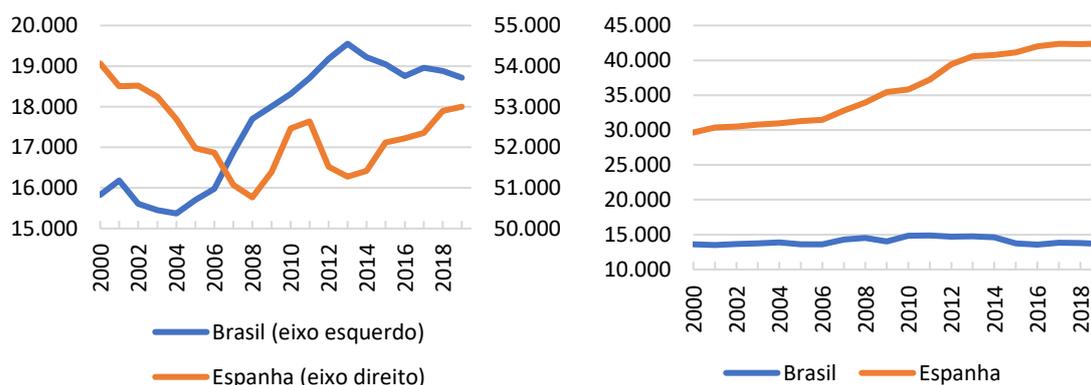
Fonte: EPWT (2022).

Os salários médios anuais no Brasil tiveram grande crescimento real entre 2004 e 2013 (27,2%, medidos em paridade de poder de compra). Após esse ano houve leve tendência de redução. Assim, em 2019 eles ainda estavam 18,2% acima do valor real de 2000. No caso do Brasil, os lucros por trabalhador

permaneceram basicamente estagnados nos anos 2000. Estavam em US\$ 13,6 mil em 2000 e ficaram em US\$ 13,7 mil em 2019, mas tinham estado em US\$ 14,6 mil em 2014. Por um lado, constata-se que não se reduziram, apesar dos aumentos reais de salários. Ao contrário, tinham inclusive aumentado concomitantemente, até 2010. Por outro lado, pode-se também interpretar essa estagnação como revelando falta de dinamismo da estrutura econômica (ver figura 9).

Para a Espanha, em patamar cerca de três vezes maior em relação ao Brasil, houve, segundo os dados da EPWT, forte redução da média salarial entre 2000 e 2008, depois recuperação parcial e nova queda e, após 2013, nova recuperação, mas ainda não alcançando em 2019 o patamar do ano 2000. Mateo Tomé (2019, p. 240) mostra dados um pouco diferentes, com recuperação salarial já a partir de 2006 e redução a partir de 2009, com a crise. Isso contrasta com o período 1950 a 2000, quando os salários médios dos trabalhadores espanhóis cresceram tendencialmente a uma elevada taxa média anual de 4,0%. Provavelmente fruto da redução salarial, entre 2000 e 2019 os lucros por trabalhadores cresceram de US\$ 29,7 mil para US\$ 42,4 mil por ano (em paridade de poder de compra) (ver figura 9, direita).

Figura 9- Salários reais médios anuais (esquerda) e lucros por trabalhador (direita), em PPP de 2017, 2000-2019



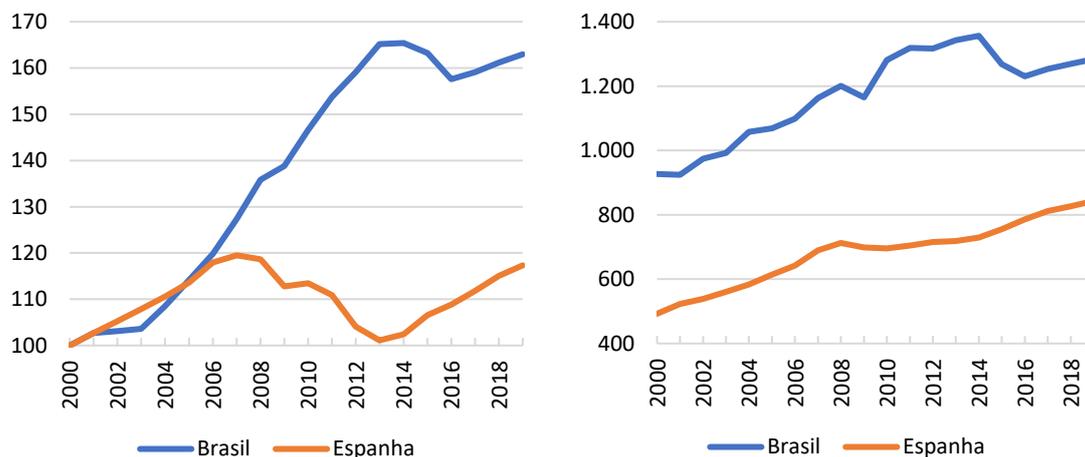
Fonte: EPWT (2022).

A massa salarial na economia brasileira cresceu muito entre 2004 e 2013, mas, após esse ano, basicamente estagnou, até 2019. A massa de lucros também apresentou crescimento importante, até 2014. O comportamento dessas variáveis ajuda a explicar por que, mesmo com a taxa de lucro em queda desde 2012 (ver figura 5, esquerda) os investimentos privados se mantiveram altos. Ou seja, só após 2014 ocorreu redução de investimentos e forte crise econômica.

Para a Espanha, a massa salarial real cresceu até 2007, entrou em regressão até 2013 e, após, voltou a crescer. No entanto, em 2019 ainda estava em patamar menor que o valor de 2007. De outra parte, a massa de lucros apresentou crescimento muito maior de 2000 até 2008 (45%, contra 20% da massa salarial), mas com uma estagnação entre 2008 e 2013, segundo a EPWT. Mateo e Montanyà Revuelto (2018, p. 26), com outra metodologia, mostram uma redução de cerca de 10% no volume do excedente nesses anos. Isso também

explica que a crise inicia, apesar da queda da taxa de lucros anterior, apenas quando a massa de lucro também se retrai. Esses mesmos autores (2018, p. 29) chamam esse período (2008-2013) da economia espanhola de “longa depressão”.

Figura 10- Massa salarial, índice de 2000=100 (esquerda) e massa total de lucros, US\$ bilhões, PPP de 2017 (direita), 2000-2019



Fonte: EPWT (2022).

A partir da ideia dos ciclos de Goodwin (1967) pode-se examinar a relação entre a participação da renda do trabalho no PIB (a distribuição funcional da renda) e o grau de utilização da capacidade produtiva instalada. Quando a economia cresce e aumenta a utilização do produto potencial ou diminui o hiato do produto, o desemprego diminui e aumenta o poder de barganha dos trabalhadores. Assim, tenderia a aumentar a participação da renda do trabalho no PIB (ou na renda total). Essa mudança na distribuição funcional da renda poderia causar uma redução da taxa de lucro, levando a um desestímulo aos investimentos e, eventualmente, a uma crise econômica, o que provocaria redução da utilização do produto potencial. Com isso, os trabalhadores perderiam poder de barganha, o que encaminha um aumento da participação do capital na renda, provocando o aumento da lucratividade do capital. Posteriormente, isso poderia levar a um estímulo a novos investimentos e a uma recuperação da atividade econômica, fazendo crescer novamente a utilização da capacidade produtiva. Assim, surgem ciclos endógenos via luta de classes. Essa análise leva em conta apenas dois dos elementos determinantes da taxa de lucro, a participação dos lucros na renda e a utilização da capacidade produtiva, não considerando o terceiro elemento, a produtividade potencial do capital. Mas, como as economias do Brasil e da Espanha não estão tendo uma trajetória estrutural muito dinâmica, esse terceiro elemento da taxa de lucro parece não ter a capacidade de compensar a determinação dos dois elementos presentes nos ciclos de Goodwin.

Para o Brasil, a figura 11 ilustra uma relação entre a participação dos salários no PIB e duas medidas de utilização, Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) para toda a economia e o Hiato do produto. Utilizando-se a NUCI geral, pode-se perceber que o nível de utilização da capacidade produtiva

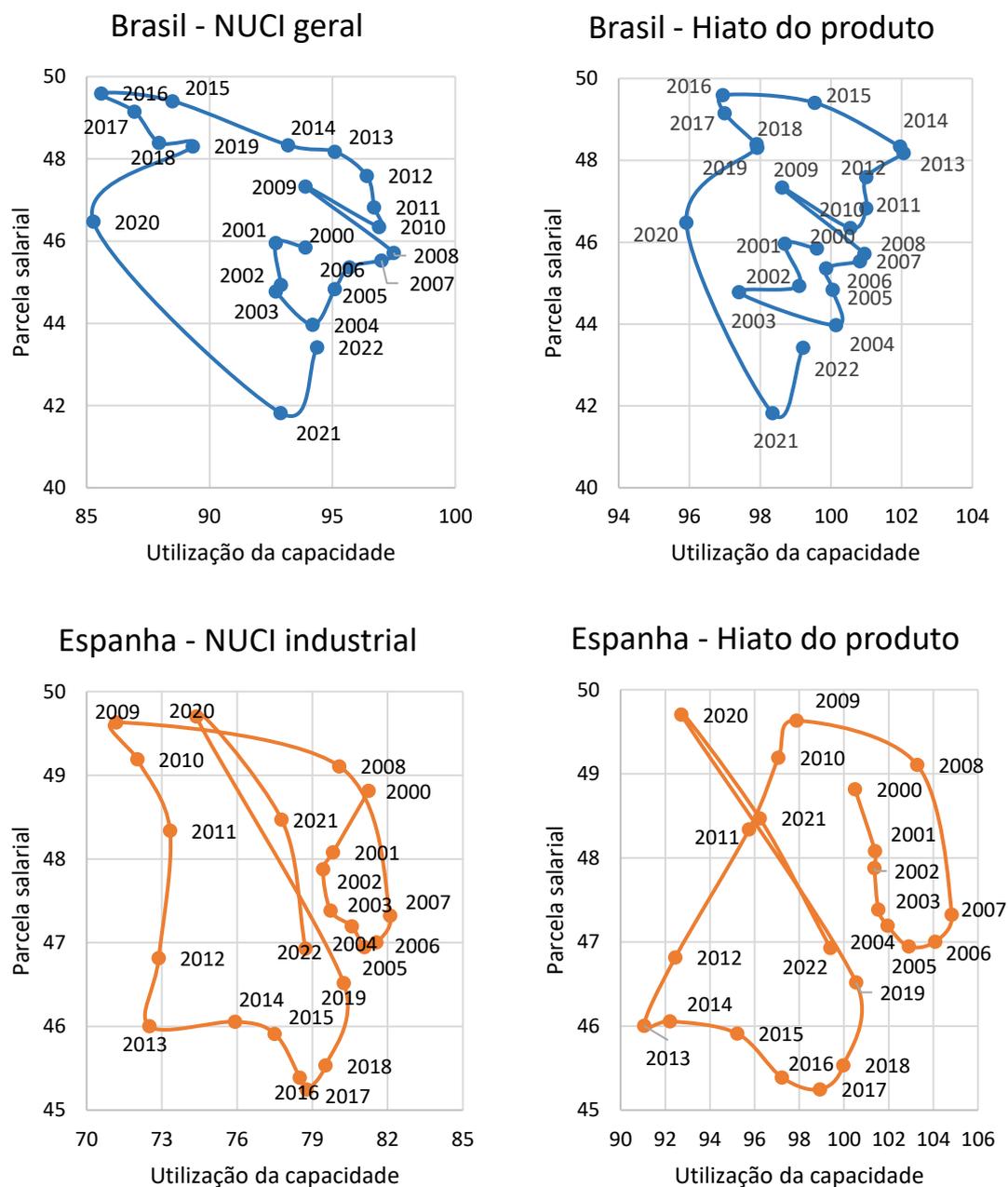
cresceu entre 2004 e 2008, enquanto a participação dos salários cresceu entre 2004 e 2016 (com o interregno da crise de 2009). Após 2012, até 2016, ocorreu uma forte redução da NUCI, mas a participação dos salários prosseguiu crescendo até 2016. De 2016 a 2019 a economia continuou com alta capacidade ociosa, mas a participação dos salários permaneceu elevada. Somente com a crise gerada pela pandemia em 2020 e com a alta inflação em 2021 é que ocorreu forte redução da participação dos salários no PIB, para níveis inferiores aos do início do período analisado. Em 2021 e 2022 houve importante recuperação da capacidade produtiva, com leve elevação da participação dos salários no PIB.

Usando o hiato do produto, o comportamento é semelhante, mas sempre bem mais próximo ou ultrapassando o nível 100, que seria a plena utilização da capacidade produtiva potencial. Esse cálculo, feito pela Banco Central brasileiro, justifica seu comportamento rígido em termos de política monetária, e mostra pouco espaço para políticas expansionistas para o novo governo que assumiu em 2023.

No caso da Espanha, houve aumento da participação dos salários de 2006 a 2009, mas o produto esteve acima do potencial até 2008, segundo a visão do hiato do produto. Após esse último ano a economia permaneceu em crise até 2013, com forte redução da ocupação da capacidade e, após 2009, também redução da participação dos salários no PIB. Com a recuperação econômica de 2014 a 2019 ocorreu primeiro ocupação de capacidade produtiva e, após, aumento da participação dos salários. Com a crise da pandemia, em 2020, ocorreu importante redução de capacidade produtiva, mas, contrariamente, aumento significativo da participação dos salários. E em 2021 e 2022, com recuperação econômica, mas elevada inflação, a participação dos salários caiu fortemente. No caso da NUCI industrial, mostra comportamento semelhante, mas com alta capacidade ociosa.

Assim, parece se confirmar que as economias brasileira e espanhola seguem uma trajetória coerente com a teoria do ciclo de Goodwin, com algumas especificidades. Ao mesmo tempo, mostra dificuldade ou incapacidade para enfrentar o desafio com mudança estrutural positiva.

Figura 11- Ciclo de Goodwin para Brasil e Espanha: participação dos salários no PIB versus utilização da capacidade produtiva (NUCI e Hiato do produto), 2000 a 2022



Nota: Estimativas para 2021 e 2022.

Fontes: Brasil: IBGE (2023), Banco Central do Brasil (2023), Bonelli (2017) e Marquetti et al. (2023); Espanha: Instituto Nacional de Estadísticas (2023) e IMF (2023).

4. As economias na pandemia e suas perspectivas

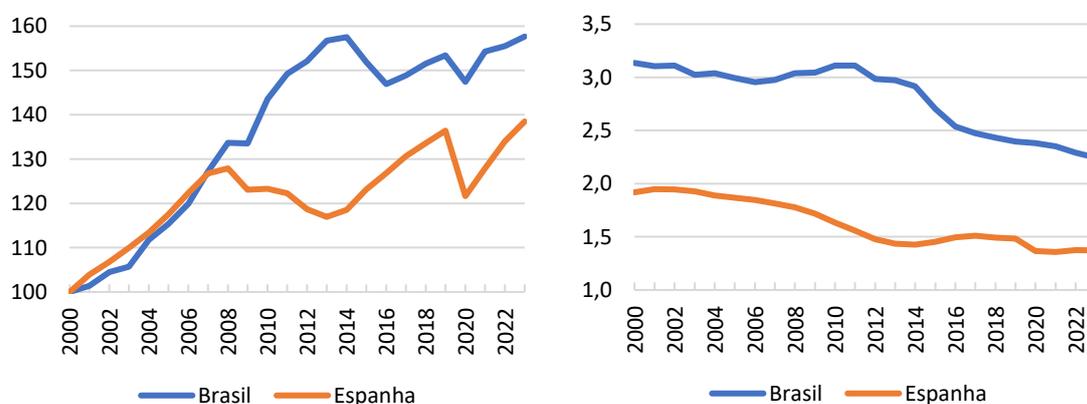
O PIB sofreu forte queda na Espanha em 2020, de 11,3%. No caso do Brasil, essa redução foi inferior, de 3,3%, apesar de as projeções iniciais indicarem queda de 8 ou 9%. Isso ocorreu devido a uma série de fortes estímulos fiscais alocados pelo governo federal. Nos anos de 2021 e 2022 ocorreu

recuperação do PIB de 5,5% e novamente de 5,5% para a Espanha, e de 5,0% e 2,9% para o Brasil, respectivamente (IMF, 2023). As projeções para os anos seguintes, no caso do Brasil, são ruins, com baixas taxas, seguindo o que já ocorria antes da pandemia, a não ser que medidas de estímulo de demanda sejam adotados e a economia reaja substancialmente ao longo de 2023. Da mesma forma, as projeções para a Espanha são fracas.

O PIB brasileiro seguiu uma trajetória ascendente até 2013, menos na interrupção de 2009. Após 2014, no entanto, rompeu-se essa tendência (ver figura 12, esquerda). As projeções indicam que em 2023 o PIB será pouco superior ao de 2013 (IMF, 2022). Ou seja, terão sido 10 anos de estagnação econômica. Tendo em vista uma taxa média anual de crescimento populacional de 0,8% nesse período, o PIB *per capita* terá decrescido quase 8% nessa década. No caso da Espanha, aparentemente o PIB tendeu a recuperar o seu ritmo após as crises de 2009 a 2013 e de 2020. No entanto, comparando 2008 com 2023, o ritmo terá sido bastante fraco.

Com esses desempenhos, tanto Brasil quanto Espanha perderam participação no PIB mundial. No caso do Brasil, seu PIB representava cerca de 3% do PIB mundial de 2000 a 2014, mas, após, passou a reduzir intensamente essa participação, que está projetada para apenas 2,2% em 2023. A Espanha vem tendendo a perder participação desde o início dos anos 2000. Após a pandemia, as projeções indicam certa estabilização em 1,4% do PIB mundial, sem recuperar a parcela anterior. Assim, os dois países têm apresentado um desempenho inferior à média mundial.

Figura 12- Índice do PIB, 2000=100 (esquerda) e participação no PIB mundial (direita), 2000-2023



Fonte: IMF (2023).

A taxa de investimentos, no caso do Brasil, tendeu a seguir a taxa de lucro e os movimentos dos investimentos governamentais (Dathein, 2022a; Marquetti et al., 2023). Tendo em vista a piora da estrutura econômica, a taxa de lucro tem sido muito baixa e, com isso, desestimulando investimentos privados. Assim, o maior estímulo tende a vir dos investimentos públicos. Quando esses elevaram-se, nos anos 2000, a taxa dos investimentos privados e, portanto, a total, cresceram, até 2011, ocupando a capacidade ociosa que existia. Depois, até 2014, sustentaram-se pela alta massa de lucros. No entanto, quando a

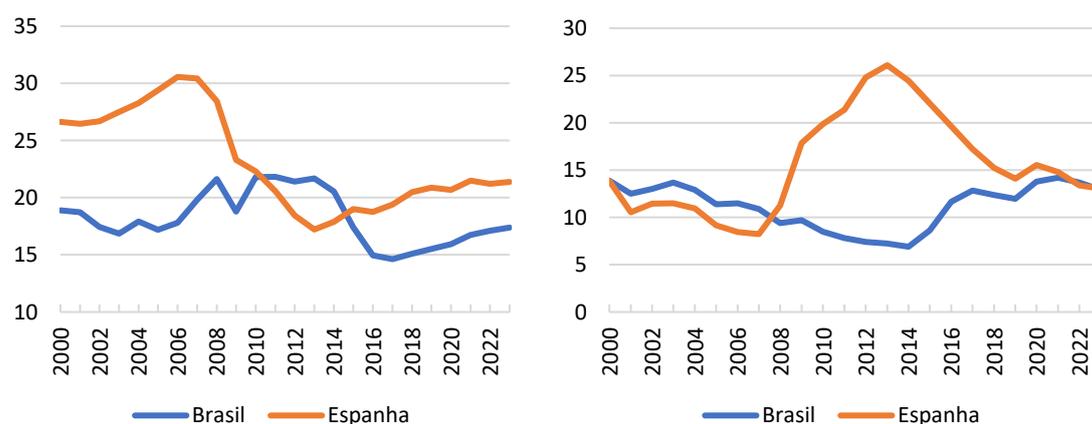
capacidade ociosa não ofereceu mais estímulos e quando a produtividade do capital decresceu, em um contexto de redução da parcela de lucros no PIB, a taxa de investimentos caiu fortemente. A recuperação dos investimentos tem sido muito lenta, inclusive após o ano de 2020 e pelas projeções para 2022 e 2023, pois a taxa de lucro não se recuperou suficientemente e os investimentos governamentais vem diminuindo sistematicamente (do governo federal e das empresas estatais federais). Esses investimentos têm sido insuficientes para cobrir a depreciação, estando negativos, portanto, em termos líquidos, o que implica em deterioração da infraestrutura do país (Observatório de Política Fiscal, 2022). Observa-se, também (ver gráfico 13), que os investimentos no Brasil têm sido, em geral, inferiores aos da Espanha, inclusive nas projeções para o período pós-pandemia.

Para a Espanha, após o *boom* dos anos 2000, houve forte redução até 2013 e, depois, uma lenta recuperação. Como já se viu, até 2007 houve um *boom* especulativo na construção civil, baseado em crédito, endividamento e taxas de juros baixos (Mateo e Montanyà Revuelto, 2018, p. 44), causando um desbalanceamento na estrutura do capital, com aumento do peso de setores improdutivos. Por isso, não se resolveu a tendência de queda da taxa de lucro, apesar do crescimento dos investimentos.

No Brasil, a taxa de desemprego, com o crescimento dos anos 2000 e com as políticas de estímulo adotadas, reduziu-se significativamente até 2014. Depois, com a forte crise econômica, elevou-se muito e, aparentemente, fixou-se em um elevado patamar, maior que 10%. Com a pandemia, elevou-se a quase 15% e, pelas projeções, iria permanecer elevado. No entanto, dados mais recentes têm mostrado recuos importantes (IBGE/PNAD Contínua, 2023).

Para a Espanha, a taxa de desemprego deu um salto de 2007 a 2013, diminuindo, após, até 2019. Com a pandemia, elevou-se, mas depois voltou a recuar, permanecendo ainda em alto patamar, curiosamente sendo projetada para ficar muito próxima da taxa brasileira.

Figura 13- Taxa de investimentos (esquerda) e taxa de desemprego (direita)



Fonte: IMF (2023).

5. Considerações finais

O crescimento econômico é função dos investimentos, os quais são determinados, em geral e a depender apenas do mercado, pela taxa de lucro. Essa rentabilidade depende da distribuição de renda, da utilização da capacidade produtiva (fator keynesiano) e da produtividade do capital (fator tecnológico).

A produtividade do capital é função da capacidade de inovações, dos preços dos bens de capital e dos insumos, dos termos de intercâmbio e da evolução da estrutura econômica.

No caso da economia brasileira, a capacidade de inovações e sua difusão é muito baixa, de forma que, por essa via, pouco se espera. O custo dos investimentos tem se elevado, inclusive com as privatizações de empresas públicas, como é o caso do preço da energia e dos combustíveis. Isso, inclusive, cresceu no período atual, pelos efeitos da pandemia e por conflitos geopolíticos. A estrutura econômica, como se viu nesse trabalho, deteriora-se há décadas, fenômeno que se ampliou nos anos recentes. Desse modo, aparentemente a produtividade do capital brasileira fica na dependência da evolução dos termos de intercâmbio. Ou seja, possui, de forma ampliada ao longo do tempo, um dinamismo determinado por fatores exógenos, pois a economia, de forma crescente, está se especializando em *commodities*, ao invés de em bens sofisticados. No caso da economia espanhola, esse fenômeno não é tão intenso, mas também existe, como no Brasil.

Uma alternativa para gerar crescimento seria a adoção de políticas fiscais expansionistas, ainda mais no contexto de alta capacidade ociosa por conta da crise da pandemia. Isso foi utilizado no Brasil, mesmo a contragosto dos liberais, pela pressão política no contexto da pandemia. No entanto, a tendência, tendo em vista as rígidas normas de controle de gastos, é de ampla dificuldade para o uso de estímulos fiscais. Assim, a austeridade tende a ser a regra. Como se viu, desde 2016 os investimentos líquidos governamentais estão inclusive negativos. Desse modo, essa segunda alternativa para ampliar a rentabilidade do capital também tende a sofrer forte oposição, inclusive por parte do Banco Central autônomo. Mas no curto prazo o governo Lula 3, em 2023, tem adotado estímulos fiscais (reativando programas sociais e de investimentos) e, com isso, aparentemente, a economia está reagindo melhor que o esperado ou projetado pelo FMI. No entanto, caso permaneçam os problemas estruturais e a baixa taxa de lucros (e de investimentos privados), corre-se o risco de se repetir a trajetória dos anos do PT até 2013, com posterior crise econômica e política, repetindo-se o ciclo de Goodwin, conforme mostra a figura 11.

Para a economia espanhola, Buendía e Molero-Simarro (2018b e 2018b) também interpretam o processo de ajustamento para restaurar a rentabilidade como uma estratégia de classe e o processo de austeridade como uma forma de gestão permanente. Em momentos de crise, a redução da parcela salarial é a forma de recuperação de rentabilidade adotada, produzindo concentração de renda. Mas a austeridade é também uma tentativa permanente de manutenção de maiores lucros, com contenção salarial. Os gestores liberais parecem não ter outras ideias. Mateo e Montanyà Revuelto (2018) observam que os problemas estruturais tornam a regressão salarial, a precarização do mercado de trabalho e os cortes no estado de bem-estar social necessários para a recuperação da taxa de lucro. Nesse sentido, analisando o caso do Brasil, Maddison (2001,

tabela 2-14) chamou o período pós 1980 de “era do ajustamento”, de forma irônica, mas precisa.

Assim, a terceira alternativa, de ampliação da participação dos lucros na renda, parece ser a opção buscada pelos liberais, mesmo sendo o Brasil um dos países de maior concentração de renda do mundo. Confirmar-se-ia, assim (dada a incapacidade de ampliação da produtividade do capital), a teoria dos ciclos de Goodwin. Ou seja, a perda de poder de barganha dos trabalhadores provocaria a diminuição da participação dos salários na renda, como resultado da ampliação da capacidade ociosa (e da adoção de normas trabalhistas muito mais flexíveis). No Brasil, essa perda, com a consequente ampliação da participação dos lucros na renda, ainda não tinha ocorrido até 2019. No entanto, com a crise da pandemia e com a forte aceleração da inflação, a previsão teórica se confirmou, com altíssimos custos sociais.

O governo de extrema direita (2019-2022) possuiu apoio considerável, principalmente entre os empresários, com forte mobilização ideológica. Esse governo ofereceu a esse segmento e seus apoiadores algo muito valorizado, que é liberdade para o capital. O Estado permitiria a ação de empreendedores com o mínimo de controles e de custos. Como o Brasil hoje é uma economia de baixo dinamismo e, por isso, gera empregos em número e qualidade baixos, resta a alternativa (apresentada inclusive à população pobre) do empreendedorismo. Como esse, em geral, não possui viabilidade econômica, fica a opção da redução de custos. Assim, a alternativa da desregulação dos mercados em geral e do mercado de trabalho, especificamente, aparece como “solução”, rumo a patamares de “equilíbrio” cada vez mais baixos.

Nesse contexto, de adoção de políticas de destruição de normas, regras, direitos, padrões, regulação etc., cria-se uma economia cada vez mais extrativista e concentradora de renda e riqueza. Tendo em vista a inviabilidade desse empreendedorismo, gera-se uma economia de baixa produtividade e dinamismo. Assim, cria-se um conjunto cada vez maior de pessoas que dependem de auxílios governamentais, o que é importante para a sobrevivência, mas revela o fraco dinamismo não resolvido e ampliado pelo social-liberalismo, o qual criou terreno fértil para governos de extrema direita.

A Espanha das reformas flexibilizadoras do mercado de trabalho tem sido apresentada como modelo pelos liberais brasileiros. Mas, recentemente, as reações antiliberais espanholas também têm sido usadas pela socialdemocracia brasileira como exemplo a ser seguido, principalmente em relação às reformas trabalhistas. Além disso, essa esquerda percebe a necessidade de forte ampliação dos investimentos. A alternativa para enfrentar a baixa rentabilidade parece ser o crescimento dos investimentos públicos e os investimentos de empresas públicas, além de estímulos aos investimentos privados.

Referências

Atlas of Economic Complexity (2023). Disponível em: <<https://atlas.cid.harvard.edu/rankings>>. Acesso em: 01.05.2023.

BCB (2023). Disponível em: <[SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais \(bcb.gov.br\)](https://sgs.bcb.gov.br)>. Acesso em: 01.05.2023.

Blecker, R. A.; Setterfield, M. (2019). *Heterodox Macroeconomics: models of demand, distribution, and growth*. Cheltenham (UK): Edward Elgar.

- Bonelli, R. (2017). Uma medida da utilização da capacidade na economia brasileira, 1947-2016: nota metodológica. Rio de Janeiro: IBRE/FGV.
- Buendía, L.; Molero-Simarro, R. (Eds.). (2018a). *The Political Economy of Contemporary Spain: From Miracle to Mirage*. London and New York: Routledge.
- Buendía, L.; Molero-Simarro, R. (2018b). Introduction: the political economy of the Spanish growth model and its structural adjustment process. In: Buendía, L.; Molero-Simarro, R. (Eds.). (2018a). *The Political Economy of Contemporary Spain: From Miracle to Mirage*. London and New York: Routledge.
- Buendía, L.; Molero-Simarro, R. (2018c). Conclusions: Spain's lost decade. In: Buendía, L.; Molero-Simarro, R. (Eds.). (2018). *The Political Economy of Contemporary Spain: From Miracle to Mirage*. London and New York: Routledge.
- Dathein, R. (2022a). Estrutura econômica, taxa de lucro e desempenho da economia brasileira. In: Dathein, R. (Org.). *Desenvolvimento e Crise: a economia e as relações internacionais do Brasil no século XXI*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Dathein, R. (2022b). Espanha: o sentido e as consequências das reformas trabalhistas. *Sul21*, 24 de janeiro. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniaio/2022/01/espanha-o-sentido-e-as-consequencias-das-reformas-trabalhistas-por-ricardo-dathein/>>.
- Dathein, R.; Mollo, M. L. R.; Fonseca, P. C. D. (2022). Brasil: pandemia, austeridade e reformas liberais em contexto de deterioração estrutural. *XVIII Jornadas de Economía Crítica*. Cuenca, Espanha.
- Duménil, G.; Lévy, D. (1993). *The economics of the profit rate - Competition, Crises and Historical Tendencies in Capitalism*. Brookfield: Edward Elgar.
- Fonseca, P. C. D.; Arend, M.; Guerrero, G. (2020). Growth, Distribution, and Crisis: The Workers' Party Administrations. *Latin American Perspectives*, v. 47 (1). <<http://https://doi.org/10.1177%2F0094582X19886821>>
- Goodwin, B. R. (1967). A Growth Cycle. In: Feinstein, C. H. (Ed.). *Socialism, Capitalism and Economic Growth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hidalgo, C. A. et al. (2007). The product space conditions the development of nations. *Science*, v. 317, Issue 5837, 27 July.
- Hidalgo, C. A.; Hausmann, R. (2009). The building blocks of economic complexity. *PNAS*, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, June 30.
- IBGE/PNAD Contínua (2023). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 01.05.2023.
- IBGE/SCN (2023a). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>. Acesso em: 01.05.2023.

- IBGE/SCNT (2023b). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 01.05.2023.
- IBGE/Síntese de Indicadores Sociais (2022). Disponível em: <[Síntese de Indicadores Sociais | IBGE](#)>. Acesso em: 19.05.2022.
- IMF (2023). World Economic Outlook. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April/select-aggr-data>>. Acesso em: 01.05.2023.
- Instituto Nacional de Estadísticas (2023). Disponível em: <https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/categoria.htm?c=Estadistica_P&cid=1254735570541>. Acesso em 01.05.2023.
- IPEA (2020). *Carta de Conjuntura*, n. 48, 3º Trimestre de 2020.
- IPEADATA (2023). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 01.05.2023.
- Kaldor, N. (1966). Causes of the slow rate of economic growth in the United Kingdom. In: Targetti, F.; Thirlwall, A. P. (Eds.) (1989). *The essential Kaldor*. New York: Holmes & Meier.
- MADDISON, A. (2001). *The World Economy: a millenial perspective*. Paris: OECD.
- Marquetti, A.; Hoff, C.; Miebach, A. (2020). Profitability and Distribution: The Origin of the Brazilian Economic and Political Crisis. *Latin American Perspectives*, 47, p. 115-133.
- Marquetti, A.; Miebach, A.; Morrone, H. (2022). The Extended Penn World Tables 7.0 (EPWT). *Texto para Discussão do PPGE*, 2022/01, UFRGS.
- Marquetti, A. et al. (2023). Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. *Revista de Economia Política*, v. 43, n. 2, p. 309-334, abr.-jun.
- Martins, G.; Rugitsky, F. (2021). The Long Expansion and the Profit Squeeze: Output and Profit Cycles in Brazil (1996–2016). *Review of Radical Political Economics*, 53(3), p. 373-397.
- Mateo Tomé, J. P. (2015). The accumulation of capital and economic growth in Brazil: A long-term perspective (1950-2008). *Economics Discussion Papers* 2014-3. Kingston University London, March 2015.
- Mateo, J. P. (2017). Capital accumulation in the center and the periphery along the neoliberal period: A comparative analysis of the United States, Spain and Brazil. *Working Paper* 23/2017, Department of Economics, The New School for Social Research, July 2017.
- Mateo, J. P.; Montanya Revuelto, M. (2018). The accumulation model of the Spanish economy: profitability, the real estate bubble, and sectoral imbalances. In: Buendía, L.; Molero-Simarro, R. (Eds.). (2018a). *The Political Economy of Contemporary Spain: From Miracle to Mirage*. London and New York: Routledge.
- Mateo Tomé, J. P. (2019). *The Theory of Crisis and the Great Recession in Spain*. Palgrave Macmillan.

Observatório de Política Fiscal (2022). FGV/IBRE. Disponível em: <<https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/investimentos-publicos-1947-2021>>. Acesso em: 23.05.2022.

Observatory of Economic Complexity (2023). Disponível em: <<https://oec.world/en/rankings/eci/hs6/hs96?tab=rank>>. Acesso em: 01.05.2023.

Ocampo, J. A. (2005). The quest for dynamic efficiency: structural dynamics and economic growth in developing countries. In: Ocampo, J. A. (Ed.). *Beyond Reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability*. Washington: ECLAC, World Bank and Stanford University Press.

Ocampo, J. A.; Rada, C.; Taylor, L. (2009). Economic structure, policy, and growth. In: *Growth and Policy in Developing Countries: a structuralist approach*. New York: Columbia University Press.

Ruiz-Gálvez, M. E.; Vicent Valverde, I. (2018). The Spanish labor market: on the path of flexibility and wage devaluation. In: Buendía, L.; Molero-Simarro, R. (Eds.). (2018a). *The Political Economy of Contemporary Spain: From Miracle to Mirage*. London and New York: Routledge.

Szirmai, A. (2013). Manufacturing and economic development. In: Szirmai, A.; Naudé, W.; Alcorta, L. (Eds.). *Pathways to Industrialization in the Twenty-First Century: New challenges and emerging paradigms*. Oxford: Oxford University Press (UNU-WIDER Studies in Development Economics).

Szirmai, A.; Foster-McGregor, N. (2017). Understanding the ability to sustain growth. *GGDC Research Memorandum*, n. 173. Groningen Growth and development Centre. November.

Thirlwall, A. P. (1979). The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, v. 32, n. 128, set. (Republicado em *PSL Quarterly Review*, v. 64, n. 259, 2011).

Tregenna, F.; Andreoni, A. (2020). Deindustrialisation reconsidered: structural shifts and sectoral heterogeneity. *UCL Institute for Innovation and Purpose Working Paper*, 2020-06.

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2023). Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/snaama/Basic>>. Acesso em: 01.05.2023.